

## ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DO VER. JOEL DO SINDICATO

PROJETO DE LEI Nº 008



PROTOCOLO Câmara Municipal de Parauapebas Diretoria Leg

CONCESSÃO DISPÕE SOBRE Α ISENCÃO MPOSTO **PREDIAL** DO TERRITORIAL URBANO - IPTU, SOBRE IMÓVEL INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO DE PORTADORES DE NEOPLASIA MALIGNA (CÂNCER) OU SEUS DEPENDENTES, E DÁ **OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** 

AUTOR: JOEL DO SINDICATO (DEM)

O Plenário da Câmara Municipal de Parauapebas, no uso de suas atribuições legais, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) o imóvel que seja de propriedade e residência do contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos que comprovadamente sejam portadores de Neoplasia Maligna (Câncer).

Parágrafo Único - A isenção de que trata o caput será concedida somente para um único imóvel do qual o portador da doença seja proprietário/dependente ou responsável pelo recolhimento dos tributos municipais e que seja utilizado exclusivamente como sua residência e de sua família, independentemente do tamanho do referido imóvel.

- Art. 2º. Para ter direito a isenção, o requerente deve apresentar cópias dos seguintes documentos:
- 1 documento hábil comprobatório de que, sendo portador da doença, é o proprietário ou possuidor do imóvel no qual reside juntamente com sua família;
- II quando o imóvel for alugado, contrato de locação no qual conste o requerente como principal locatário;
- III documento de identificação do requerente (Cédula de Registro de Identidade (RG) e/ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e, quando o dependente do



## ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DO VER. JOEL DO SINDICATO (DEM)

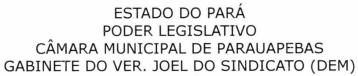


proprietário for o portador da doença, juntar documento hábil a fim de se comprovar o vínculo de dependência (cópia da certidão de nascimento/casamento);

- V Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Título de Eleitor;
- VI Laudo médico ou atestado médico fornecido pelo médico que acompanha o tratamento, contendo:
- a) Diagnóstico expressivo da doença (anatomopatológico);
- b) Estágio clínico atual;
- c) Classificação Internacional da Doença (CID);
- d) Carimbo que identifique o nome e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina (CRM).
- VII Certidão emitida pelos Ofícios de registro de imóveis deste Município, atestando a existência e quantidade, ou a inexistência de imóveis registrados em nome do requerente;
- **Art. 3º.** A isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), não desobriga o contribuinte do pagamento das taxas.
- **Art. 4º.** Os benefícios de que trata a presente Lei, quando concedidos, serão válidos por 1 (um) ano, após o que deverá ser novamente requerido, nas mesmas condições já especificadas, para um novo período de 1 (um) ano e cessará quando deixar de ser requerido.
- **Art. 5º.** A isenção a que se refere esta lei, deverá ser requerida até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício, instruindo-se o requerimento com as provas do atendimento das condições necessárias, sob pena de perda do benefício.
- **Parágrafo Único** O benefício será concedido mediante despacho fundamentado da autoridade competente e, quando concedidos, serão válidos para o exercício financeiro correspondente.
- **Art. 6º.** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder remissão de débitos referentes ao IPTU do Imóvel, de que trata esta lei, a partir da data do diagnóstico da doença.









**Art. 7º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 8º.** O crédito tributário objeto de isenção irregular, será atualizado monetariamente e acrescido de juros e de multa moratória, e exigido na forma da lei.

**Art. 9º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parauapebas/PA, 03 de abril de 2017.

DARCI JOSÉ LERMEN
Prefeito Municipal

PODER LEGISLATIVO CAMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS JOEL PEDE TO Alves JOEL PEDE TO A LOS Vereador Legislatura 2017/2020



## ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DO VER. JOEL DO SINDICATO (DEM)



## **JUSTIFICATIVA**

Sr. Presidente e Srs.(as) Vereadores(as),

O presente projeto de lei destina-se a conceder a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, imposto de competência municipal, aos pacientes oncológicos.

O IPTU em diversas localidades do país, possui custo elevado, devendo o Município, através de seus legisladores, demonstrar a devida preocupação com os munícipes que são acometidos por doenças de natureza grave e/ou incuráveis, nas quais o tratamento despende grande parte da renda do paciente, prejudicando a manutenção econômica e a subsistência de todo o grupo familiar.

Devido a estas condições peculiares e, igualmente, pelas dificuldades financeiras que estes pacientes têm de enfrentar juntamente com o tratamento, o pagamento do IPTU configura mais uma preocupação para o paciente oncológico, que já sofre demasiadamente com a doença, uma vez que não efetuando o pagamento do tributo, o paciente convive também com a possibilidade da perda de seu imóvel diante de um processo judicial.

Pensando nisto, entendemos que é dever do Município amparar toda a população nele residente, vindo este Projeto de Lei cumprir esta função social. Vários municípios já criaram esse direito para o paciente com câncer e portadores de outras doenças graves.

São estas as considerações que justificam o encaminhamento do presente Projeto de Lei a esse Egrégio Plenário para votação, na certeza de que os nobres vereadores e vereadoras desejam fazer parte dessa iniciativa e que não medirão esforços em discutir e aprová-lo.

Parauapebas, Pará, 03 de abril de 2017.

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Joel Dedro Alves
Vereador
Legislatura 2017/2020